



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

REQUERIMENTO Nº 262/2025

Assunto: Requerendo ao Executivo informações sobre contratos e pagamentos atrasados, bem como sobre as publicações de "quebra de ordem cronológica de pagamentos" no exercício de 2025.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

Nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer-se à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal de Cosmópolis/SP para que preste as seguintes informações relativas à execução orçamentária e financeira do Município no exercício de 2025, especialmente no tocante aos contratos administrativos, pagamentos pendentes e publicações de "quebra de ordem cronológica" constantes no *Semanário Oficial do Município*.

I – SOBRE CONTRATOS E PAGAMENTOS ATRASADOS

1. Relação completa dos contratos administrativos com pagamentos em atraso, especificando:

- o número do contrato e o órgão contratante;
- o nome da empresa contratada;
- o valor total do contrato e o saldo pendente de pagamento;
- a data prevista para pagamento e a data do último pagamento realizado;
- a justificativa administrativa para o atraso.

2. Indicação dos contratos que tiveram a execução paralisada ou prejudicada em razão de inadimplência da Prefeitura, informando desde quando perdura a situação.

3. Esclarecimento se há previsão de regularização dos pagamentos e qual o cronograma estimado para quitação dos débitos com fornecedores e prestadores de serviço.

II – SOBRE AS QUEBRAS DE ORDEM CRONOLÓGICA

4. Cópia integral dos processos administrativos ou documentos formais que embasaram as publicações de "quebra de ordem cronológica" constantes no *Semanário Oficial do Município* no exercício de 2025, contendo as justificativas apresentadas, pareceres técnicos e autorizações da autoridade competente;



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

5. *Relação nominal dos credores beneficiados por essas quebras, com os respectivos valores, datas de empenho, liquidação e pagamento;*
6. *Critérios utilizados pela Administração para caracterizar uma despesa como "imprescindível" ou "essencial", apta a justificar a quebra;*
7. *Identificação da autoridade competente que autoriza e assina cada ato de quebra;*
8. *Relação completa da ordem cronológica original de pagamentos, indicando a posição dos credores e eventuais alterações decorrentes das quebras;*
9. *Demonstrativo atualizado de restos a pagar e despesas pendentes, informando se há fornecedores com pagamentos em atraso mesmo após a realização de quebras de ordem cronológica.*

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa assegurar transparência e fiscalização efetiva sobre a execução orçamentária e financeira do Município, diante das recorrentes publicações de "quebra de ordem cronológica de pagamentos" e das informações que circulam sobre atrasos em contratos administrativos e fornecedores sem pagamento.

A prática frequente de quebras de ordem cronológica, quando associada à existência de contratos atrasados, indica possível falta de planejamento financeiro e necessidade de esclarecimento público sobre os critérios utilizados pela Administração para priorização de despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS :

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, assegura, no artigo 5º, inciso XXXIII, que todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilidade da autoridade que lhe negar acesso;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011 determina que todo cidadão tem direito de obter:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; [...]

CONSIDERANDO que o artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) determina que **"as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder**



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. "

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no Tema nº 832 da gestão por temas da Repercussão Geral, fixou a seguinte tese: **"O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito"**, a saber:

Tema	Há Repercussão?
832 - Direito de vereador, enquanto parlamentar e cidadão, a obter diretamente do chefe do Poder Executivo informações e documentos sobre a gestão municipal.	Sim
Relator: MIN. DIAS TOFFOLI	
Leading Case: RE 865401	
Ver descrição [+]	
Ver tese [+]	
O parlamentar, na condição de cidadão, pode exercer plenamente seu direito fundamental de acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII, da CF e das normas de regência desse direito.[-]	

CONSIDERANDO que no voto RE 865401, que deu origem ao Tema nº 832, o relator Ministro Dias Toffoli assentou que **"o fato de as casas legislativas, em determinadas situações, agirem de forma colegiada, por intermédio de seus órgãos, não afasta, tampouco restringe, os direitos inerentes ao parlamentar como indivíduo, membro do povo, da nação"**.

CONSIDERANDO que, da simples análise do voto do Relator, é possível perceber que o parlamentar não pode ser transformado em cidadão de segunda categoria, uma vez que a Constituição Federal assegura que todo cidadão tem o direito fundamental de acesso à informação previsto no Art. 5º, XXXIII, 37, § 3º, inciso II; e 216, § 2º, da CF, com a aplicação das regras previstas na Lei de Acesso à Informação, a saber:

Não se nega que o jogo político há de ser jogado coletivamente e que seus resultados hão de ser respeitados. Entretanto, o reconhecimento da existência dessa dinâmica em algumas relações dentro do parlamento não pode resultar numa leitura reducionista ou nulificadora do direito à informação, que possui natureza jurídica de direito fundamental e também de um direito humano.

[...]

De todo modo, o fato é que não há como se autorizar que seja o parlamentar transformado em cidadão de segunda categoria.

[...]

O fato de ser parlamentar não o despoja de seus direitos de cidadão.

CONSIDERANDO que relator ainda ressaltou que **"Não tendo sido atendida a pretensão de buscar informações de órgãos e de entes públicos pela via**



Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

*do parlamento, o legislador, na condição também de cidadão terá, a toda evidência, **o direito fundamental de acesso à informação.***

CONSIDERANDO que como é possível verificar, de acordo com o entendimento do STF, **o vereador tem o direito fundamental de como cidadão solicitar informações diretamente ao chefe do Poder Executivo, sendo que a sua afronta pode ensejar a busca por Mandado de Segurança;**

Caso a alegação do Poder Executivo seja que as informações aqui solicitadas já estão disponíveis no Portal da Transparência, cumpre lembrar que compete ao Poder Público, nos termos do Art. 11. §1º, I, comunicar o modo de realizar a consulta e efetuar a reprodução das informações solicitada. Sendo assim, **REQUER QUE** a Municipalidade **informe o MODO DE REALIZAR A CONSULTA dos questionamentos apresentados no presente pedido de informação.**

Vale lembrar que a ofensa a Lei de Acesso à Informação importa em crime de responsabilidade do Prefeito, nos termos do DL 201/67, Art. 1º, XIV, a saber:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

[...]

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

Requer ainda que as informações solicitadas sejam encaminhadas para o e-mail **jrvieira@camaracospopolis.sp.gov.br** ou por se tratar de informação disponível em meio eletrônico, conforme autoriza o art. 11, §5º, da Lei 12.527/2011.

Por fim, requer que as informações solicitadas no presente pedido sejam apresentadas no prazo máximo legal, conforme determina o §1º, Art. 11 da Lei nº 12.527/2011, sob pena de se tomar as medidas cabíveis.

Ante o exposto ouvido o Plenário e atendidas as formalidades de praxe, REQUEREMOS que seja oficiado ao Poder Executivo para que sejamos atendidos quanto ao acima solicitado.

PLENÁRIO "JOÃO CAPATO", 16 DE OUTUBRO DE 2025.

**ANÉZIO VIEIRA DA SILVA JUNIOR
(JUNIOR VIEIRA)
VEREADOR**